



UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIAIS NOS GOVERNOS LULA E DILMA E A EMANCIPAÇÃO HUMANA COMO COMPROMISSO DO SERVIÇO SOCIAL

Breno da Silva Oliveira¹

Fernanda da Rosa Muller²

Mariana Teixeira Borin³

Elisângela Maia Pessoa⁴

Rosilaine Coradini Guilherme⁵

RESUMO

Este artigo tem como objetivo promover reflexão sobre a emancipação humana enquanto compromisso do Serviço Social. Para tanto se destaca a importância do exercício profissional dos/as assistentes sociais, comprometidos/as com um projeto societário sem dominação e exploração de qualquer natureza. O texto propõe uma breve retomada a respeito da implementação de políticas sociais nos governos Lula e Dilma, voltados ao neodesenvolvimentismo com enfoque nas políticas sociais de redistribuição de renda. O texto metodologicamente foi construído a partir de uma revisão bibliográfica, sendo as informações analisadas a partir da abordagem qualitativa. As políticas sociais nos governos petistas representam mecanismos voltados a amenizar as desigualdades sociais do país, porém ineficazes, no que diz respeito à conquista da emancipação humana. Destaca-se que é dever do/a assistente social desempenhar suas atividades profissionais de forma compromissada politicamente no que diz respeito ao atendimento das demandas apresentadas pela classe trabalhadora, em vista da emancipação humana.

Palavras-chave: Emancipação Humana. Políticas Sociais. Serviço Social.

¹Discente da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS, Graduando em Serviço Social, brenooliveira.aluno@unipampa.edu.br.

²Discente da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS, Graduanda em Serviço Social, fernandamuller.aluno@unipampa.edu.br

³Discente Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS, Graduanda em Serviço Social, marianaborin.aluno@unipampa.edu.br.

⁴Docente da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS. Dra. em Serviço Social, elisangelapessoa@unipampa.edu.br.

⁵Docente da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja-RS, Dra. em Serviço Social, rosilainequilherme@unipampa.edu.br

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





ABSTRACT

This article aims to promote reflection on human emancipation as a commitment of Social Service. For this purpose it highlights the importance of the professional practice of social workers, committed to a societal project without domination and exploitation of any kind. The article proposes a brief review in the implementation of social policies in the Lula and Dilma administrations, focused on neo-developmentalism with a focus on social policies for income redistribution. The article was methodologically built from a literature review, and the information was analyzed in a qualitative approach. The social policies of the PT's governments represent mechanisms aimed at mitigating the country's social inequalities, but they are ineffective when it comes to the achievement of human emancipation. It is noteworthy that it is the duty of the social worker to perform his or hers professional activities in a politically committed manner with respect to meeting the demands presented by the working class, in view of human emancipation.

Keywords: Human emancipation. Social policies. Social service.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo promover reflexão sobre a emancipação humana enquanto compromisso do Serviço Social. Para tanto, busca articular breve análise a respeito do desenvolvimento das políticas sociais nos governos Lula e Dilma – embora se identifique importantes avanços – como o programa Bolsa Família, o Prouni, o Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros que foram de extremo valor para classe trabalhadora, embora ainda distantes, da concepção de emancipação humana.

Em concordância com Pastorini (1997) é necessário pensar as políticas sociais a partir da totalidade social, não como meros mecanismos econômicos ou exclusivamente mecanismos políticos, mas sim como produtos da articulação de ambos os aspectos. É importante lembrar, que as políticas sociais também se constituem como uma conquista da classe trabalhadora. Desse modo, compreende-se que a emancipação humana é uma categoria inalcançável no modo de produção capitalista à medida em que as políticas sociais sob o ponto de vista do

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





capital possuem a finalidade de estabelecer o reequilíbrio social, e não garantir de forma plena uma erradicação das desigualdades sociais, contribuindo para a inviabilização da emancipação humana.

O presente trabalho foi resultado de uma revisão bibliográfica cujo recorte abrangeu bibliografias que se vinculam à área das ciências sociais aplicadas, no campo da teoria social crítica.

Cabe destacar nesse contexto, o fato do Serviço Social assumir como compromisso um projeto de emancipação humana, a medida em que defende a construção de uma nova ordem societária para que seja alcançado esse patamar de liberdade humana, superando as amarras impostas pelo modo de produção capitalista, que promove apenas uma liberdade relativa. Assim, destaca-se que os profissionais de Serviço Social, ao almejar a emancipação humana, prontifica-se de maneira crítica com as políticas sociais, em negação a uma perspectiva tradicional, que tem como a função exclusiva transferência de renda, inviabilizando pois, qualquer possibilidade de autonomia, visto que as políticas sociais são concedidas mediante restritivas condicionalidades.

Nesta perspectiva o artigo está estruturado em duas seções articuladas entre si: i) inicialmente discute-se a emancipação humana enquanto um compromisso do Serviço Social, e a relevância dos/as assistentes sociais na luta de classes através de compromissos historicamente assumidos por meio do projeto ético-político; ii) já no segundo item a reflexão se desenvolve a partir do debate sobre as políticas sociais nos governos Lula e Dilma, com foco no desenvolvimento social através da redistribuição de renda.

2 EMANCIPAÇÃO HUMANA: COMPROMISSO DO SERVIÇO SOCIAL

Compreende-se por emancipação a possibilidade de qualquer libertação, assim a liberdade proveniente da emancipação tem como finalidade o livre fluxo do ser, porém as condições históricas e objetivas de cada sujeito inserido no modo de produção vigente e no tempo e espaço são particularizadas, a medida em que a categoria emancipação metamorfoseia-se adaptando-se a realidade concreta. De

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





acordo com Pereira (2013, p.38) a “[...] emancipação humana (ou liberdade) do jogo do capital, mediada pela conquista da igualdade real, contraditoriamente é perseguida no seio do próprio capitalismo”.

A materialização do projeto de emancipação humana está relacionado à superação da ordem do capital, da exploração do homem pelo homem, ou seja, numa sociedade emancipatória os/as trabalhadores/as seriam livres de exploração e donos do que produzem, se organizariam por eles/as mesmos/as. Mas em realidade vive-se numa sociedade capitalista, onde quem detém os meios de produção comanda a economia e a maneira como a política é operada. Assim, é impossível falar de liberdade numa sociedade dividida em classes sociais, permeada por desigualdade e explorações, onde existe um sistema político e econômico que obriga a seguir o que ele impõe.

Sob essa forma de sociabilidade para ser considerado/a cidadão/ã é preciso trabalhar a favor do capitalismo, vendendo sua força de trabalho e, com isso, produzindo mais-valia. “Apenas é produtivo o trabalhador que mais-valia produz ao capitalista, ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1957, p. 287). Nesse sentido, a liberdade é diretamente interligada e relativa, variando de acordo com os acessos que são possibilitados a diferentes sujeitos conforme a venda da força de trabalho, ou seja, no modo de produção capitalista, as pessoas não conseguem alcançar a plena liberdade, pois limites são impostos pela estrutura, a medida em que não há liberdade sem igualdade.

Um dos princípios que fundamenta o código de ética do/a assistente social de 1993 discorre sobre o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 1993, p.23). Com isso subentende-se que a emancipação é algo inerente ao sujeito, mas no modo de produção capitalista a decisão não é única e exclusivamente do sujeito. Por esse motivo, o código de ética assume esse princípio enquanto compromisso constante a ser galgado, no cotidiano do profissional do Serviço Social.

Nesse sentido, o projeto ético político da profissão é também um projeto político. Segundo Iamamoto (1992), ao tratar da prática profissional, uma dimensão



política é definida quando da inserção do Serviço Social entre os contraditórios interesses de classes. A prática profissional do/a assistente social se efetiva através da direção social profissional, que se materializa por meio das diversas ações profissionais, incidindo sobre o comportamento e a ação dos homens/mulheres. O projeto profissional dos/as assistentes sociais está vinculado a um projeto societário cujo eixo central vincula-se à sociedade como um todo, ou seja, está presente em projetos coletivos de resistência. Quando se fala em emancipação humana, o projeto societário se posiciona de maneira a buscar transformar a sociedade, dirigindo as ações para que favoreça aos interesses sociais e as necessidades humanas, assim os/as assistentes sociais historicamente estão inseridos de maneira considerável no cerne da luta de classes.

Não há dúvidas que o projeto ético político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Dessa maneira, os sujeitos são entendidos enquanto protagonistas e sujeitos de direitos. Segundo Netto (1999), a liberdade concebida historicamente é um compromisso com a autonomia, a emancipação e a expansão dos indivíduos sociais, ou seja, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação ou exploração de classe, etnia ou gênero.

O projeto ético político pressupõe um espaço democrático e de construção coletiva, considerando a igualdade, a liberdade e a democracia, ou seja, fornece os insumos para enfrentar os desafios profissionais a partir dos compromissos construídos coletivamente pela categoria. Sabe-se que desde a década de 1970, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Para tanto, os profissionais se valem das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas⁶ enquanto

⁶ “[...] a dimensão teórico-metodológica permite ao profissional munir-se de teorias para fazer uma análise da sociabilidade do capital, bem como fornece a compreensão do significado social da ação. A dimensão ético-política situa-se no ato de projetar a ação de acordo com os valores, os princípios, o resultado final a alcançar do profissional, também quando se faz ou não um balanço das consequências das ações. A dimensão técnico-operativa implica a operacionalização da ação envolvendo os valores, o planejamento, os princípios, as finalidades, a habilidade no manuseio dos instrumentos e técnicas, as condições objetivas, táticas, estratégias e a análise do produto real (FRANCISCO, 2018, p. 2-3)”.



fundamentais para o exercício profissional, articulado às políticas sociais e os movimentos sociais.

Destaca-se que a partir da década de 1990, o projeto ético-político se consolidou, tendo avanços teóricos, com produção de conhecimento que intensificou a organização política, reformulando e atualizando os estatutos legais da profissão, a partir da dimensão jurídico-política que se expressa na Lei de Regulamentação Profissional e no Código de Ética, ambos em 1993.

O Serviço Social na esfera pública tem como atribuição profissional intervir nas expressões da questão social⁷, com o objetivo e compromisso profissional em garantir um atendimento qualificado aos/as usuários/as das políticas sociais públicas. E, para que isso ocorra de forma plena, se faz necessário ampliar o orçamento público das políticas sociais e condições de trabalho. De acordo com o código de ética (1993) “São deveres do/a assistente social: desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor [...]”. Sob esse viés, o/a profissional no desenvolvimento de suas atividades deve agir sempre com responsabilidade, atendendo as demandas apresentadas pelos sujeitos, mesmas situações ocultas que podem ser desveladas por meio dos processos de mediações.

O código de ética de 1993, reafirmando a perspectiva crítica da profissão, busca ressaltar ao longo dos seus princípios fundamentais e artigos, os compromissos que os/as profissionais têm com os/as usuários/as das políticas sociais. Destaca-se que liberdade, defesa dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia, posicionamento em favor da justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito, garantia do pluralismo, um projeto ético-político vinculado ao processo

⁷ De acordo com Iamamoto (2002, p. 22) “[...] Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. A globalização da produção e dos mercados não deixa dúvidas sobre esse aspecto: hoje é possível ter acesso a produtos de várias partes do mundo, cujos componentes são fabricados em países distintos, o que patenteia ser a produção fruto de um trabalho cada vez mais coletivo, contrastando com a desigual distribuição da riqueza entre grupos e classes sociais nos vários países, o que sofre a decisiva interferência da ação do Estado e dos governos”.



de construção de uma nova ordem societária, articulação com outros movimentos, compromisso com a qualidade dos serviços prestados a população e exercício do Serviço Social sem discriminar são alguns dos compromissos que os/as profissionais assumem e devem praticar ao longo do cotidiano de trabalho, logo o compromisso com a emancipação humana manifesta-se de diversas maneiras.

Como já exposto, a emancipação humana que garante a liberdade plena ao sujeito, porém é inalcançável no modo de produção capitalista. Nota-se que em contradição a isso o Serviço Social por meio dos princípios de seu projeto ético-político almeja uma nova ordem societária, além de defender a liberdade e, por conseguinte, a justiça social. Ou seja, o exposto no código de ética (1993) para além de como o/a profissional deve agir no cotidiano profissional, aponta os princípios que contribuem para a reafirmação de um pensamento crítico, que à medida em que defende a democracia e os direitos humanos, posiciona-se contrariamente ao autoritarismo.

De acordo com Matos (2013) o projeto ético político remete a intencionalidade, logo tem sua direção pautada no enfrentamento às expressões da questão social. Para tanto, é de suma importância a existência de políticas sociais qualificadas que possam agir diretamente no combate a desigualdade e as mazelas impostas pela conjuntura, ou seja, as políticas sociais estão diretamente atreladas com a propositura de emancipação financeira (não humana) dos/as beneficiários/as, a medida em que é de extrema importância a ampliação das políticas sociais que atendem demandas materiais e imateriais. Nesse sentido, compreende-se a relevância de criação e desenvolvimento de políticas sociais que sejam capazes de engendrar um desenvolvimento social e econômico emancipatório.

3 AS POLÍTICAS SOCIAIS NOS GOVERNOS LULA E DILMA

De acordo com Vianna (2002, p.1) a política social envolve a “[...] ação do governo com objetivos específicos [...]”, logo subentende-se que as políticas sociais são organizadas para agir em diferentes frentes. No Brasil as políticas sociais são expostas em diversas legislações, principalmente remetem aos direitos sociais

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





preconizados na Constituição Federal de 1988. Porém as políticas sociais são alvo de avanços e retrocessos, a medida em que o modelo econômico do governo dita como as mesmas serão operacionalizadas.

No que tange ao modelo econômico, destaca-se que alguns governos são mais inclinados a corrente liberal, que visa cada vez mais usar o aparelho estatal em função do capital em detrimento do social, como o período do ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que de acordo com Netto (1999) foi na contramão de posturas democráticas indicadas em campanhas partidárias uma vez que “[...] desde os seus primeiros dias de Planalto, presidiu um governo direcionado contra os interesses da massa dos trabalhadores brasileiros” (NETO, 1999, p.75).

Nesse sentido, os governos petistas que ocupariam as gestões seguintes, seguiram uma lógica diferente de FHC, visando o desenvolvimento social por meio da implantação de políticas sociais. Ou seja, as políticas sociais dos governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016) foram expandidas, na contramão dos governos liberais anteriores, o período dos governos petistas foram pautados na corrente teórica do neodesenvolvimentismo, que visava reduzir as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Porém, além da expansão das políticas sociais e públicas, o período foi marcado por uma série de contradições, à medida em que o social avançava minimamente, e as grandes empresas e os grandes capitalistas progrediram de maneira mais ampla e rapidamente (SANTOS, 2012).

Os avanços das políticas sociais nos governos petistas foram realizados em diversas frentes, programas importantes foram criados com o desígnio ao combate das expressões da questão social, como a valorização do salário mínimo que acumulava ganho real, o Programa Fome Zero, o Programa de Transferência de Renda (Bolsa Família), o Prouni que viabiliza o ingresso de pessoas com baixa renda em instituições de ensino superior privadas, entre outros (SANTOS, 2012).

É importante destacar que as políticas sociais são compreendidas em duas perspectivas, a tradicional e a marxista. De acordo com Pastorini (1997) na perspectiva tradicional as políticas sociais são concebidas para diminuir e corrigir as desigualdades sociais que são entendidas como naturais. Na perspectiva marxista são entendidas para além de meros instrumentos redistributivos. Logo o

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





desenvolvimento das políticas sociais nos governos Lula e Dilma são permeados pela perspectiva tradicional, com o objetivo de por meio de diversas ações do aparelho estatal, restabelecer através da distribuição de renda o equilíbrio social.

As políticas sociais desenvolvem diversas funções no capitalismo, sendo as principais a função social, a função econômica e a função política. Na função social a política social aparece como uma maneira de diminuir as desigualdades sociais por meio de serviços sociais e assistenciais, redistribuindo recursos e complementando a renda salarial da população em situação de vulnerabilidade social. Essa função social acaba mascarando as essenciais funções que as políticas sociais desempenham no capitalismo: a econômica e a política por se apresentar como uma “solução” para as desigualdades sociais (PASTORINI, 1997).

Na função econômica o Estado capitalista contribui para o barateamento da força de trabalho, já que as políticas sociais em conjunto com programas de “ajuda social” contribuem com a reprodução da força de trabalho, mas são financiadas com recursos públicos. Segundo Pastorini (1997) as políticas sociais, ao mesmo tempo que contribuem para a subordinação do trabalho ao capital, servem também à adequação e controle da futura mão-de-obra e atuam como instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo. Na função política obtém-se uma maior integração dos setores subalternos à vida política e social, portanto à ordem socioeconômica, essa função passa uma falsa ideia de pertencimento dos sujeitos e, por consequência, lealdade ao sistema (PASTORINI, 1997).

Desse modo, as políticas sociais por meio dos programas sociais são de extrema importância para atender as demandas sociais. Ou seja, programas sociais são iniciativas destinadas a melhorar as condições de vida da população, na maioria das vezes, implantados pelo Estado que tem a responsabilidade de atender as necessidades da população, sobretudo das pessoas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza.

O programa de transferência de renda Bolsa Família é um exemplo emblemático do governo Lula, foi instituído pela medida provisória 132, de 20 de outubro de 2003, convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal nº 10.836. Porém, o programa dentro da lógica capitalista não contribui para a

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





emancipação humana, possibilitando apenas melhores condições de vida aos beneficiários. O programa gera muitas contradições, principalmente político partidária, já atribuíram ao Bolsa Família o termo “bolsa esmola”. O programa auxilia os/as assistentes sociais, pois quando a família consegue “ganhar” o auxílio a demanda institucional poderia ser considerada executada, porém abre-se espaço para a demanda profissional que irá buscar investigar o porquê aquela determinada família precisa fazer uso do programa (SANTOS, 2012).

À vista disso, os governos petistas permeados pela corrente do neodesenvolvimentismo desenvolveram as políticas sociais com o intuito de amenizar as desigualdades sociais. De acordo com Santos (2012, p. 444) “[...] o ‘neodesenvolvimentismo’ opera, pela via do ‘transformismo’, a atualização de uma das mais antigas obsessões do capitalismo: ‘diluir’ ideologicamente (e, por isso, de forma aparente) os antagonismos entre as classes sociais”.

Assim, as políticas sociais na lógica da redistribuição de renda não combatem por completo as desigualdades presentes na sociedade capitalista, impossibilitando qualquer possibilidade inalcançável de emancipação humana. É importante destacar que as políticas sociais são fundamentais para o enfrentamento às expressões da questão social e desenvolvimento da sociedade, porém seu interior tradicional precisa ser superado, possibilitando condições plausíveis para uma almejada construção de uma nova ordem social em que a emancipação humana seja algo concreto a todos.

4 CONCLUSÃO

Levando em consideração a reflexão proposta no presente estudo, é de suma importância afirmar que as políticas sociais dos governos petistas foram mecanismos para contribuir com a amenização das desigualdades sociais do país. Essa reflexão inicial se deve ao fato de que se percebeu ao mesmo tempo avanços e retrocessos em uma dualidade posta por conta da perspectiva tradicional que orientava a criação, desenvolvimento e execução dessas políticas, porém não plenas no que diz respeito à conquista da emancipação humana.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





Pode-se perceber que o projeto ético político é um campo democrático que considera a igualdade, a liberdade e a democracia, ou seja, é um compromisso construído coletivamente pela categoria. O Serviço Social brasileiro é comprometido com os interesses da classe trabalhadora e vinculado ao projeto societário, cujo eixo central vincula-se ao projeto ético-político. Além de intervir nas expressões da questão social, assume compromisso profissional, para garantia de um atendimento qualificado aos/as usuário/a das políticas públicas, porém para que isso ocorra de forma plena é necessário ampliar o orçamento público das políticas sociais.

É dever do/a assistente social desempenhar suas atividades profissionais, com compromisso e responsabilidade para atender as demandas apresentadas pela classe trabalhadora, assumindo e praticando ao longo do cotidiano de trabalho, o compromisso com a emancipação humana, que garante a liberdade plena aos sujeitos.

O governo petista mostrou uma lógica que visa o desenvolvimento social e econômico por meio da implantação de políticas sociais, ou seja, percebe-se que as políticas dos governos Lula e Dilma visavam reduzir as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira e, de fato, houveram avanços mas ainda assim as políticas sociais desempenharam um papel baseado na perspectiva da política social tradicional, impossibilitando uma emancipação humana.

REFERÊNCIAS

CFESS-Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. Brasília, 1993.

FRANCISCO, Erica Aparecido dos Santos. **Reflexões sobre a dimensão técnico-operativa no serviço social com enfoque nos instrumentos e técnicas**. XVI. ed. Vitória-ES, INPESS, 2018 (p.1-p. 2). Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/download/22975/15512>> Acesso em: 28 de jul. de 2021.

IAMAMOTO, Marilda. Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

PROMOTORES



APOIO





IAMAMOTO, Marilda. Villela. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade.** In: CFESS-Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do(a) assistente social. Brasília: Cfess, 2002, (p.13-p.50).

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social Ética & Saúde: reflexões para o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2013 (p.92-p.105).

NETTO, José. Paulo. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999. (p.84)

NETTO, José Paulo. **FHC e a Política Social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O Desmonte da Nação: balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999 (p.75-p.89).

PASTORINI, ALEJANDRA. **Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”.** In: Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XVIII – Nº. 53, 1997. (p.80- p.101).

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **O sentido de igualdade e bem-estar em Marx.** In: Revista Katálysis, v. 16, n. 1, p. 37-46. jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000100004/24882>> Acesso em: 21 de jul. de 2021.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva.** 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jfqY4MqJPmNRqRRyFtTbZTJ/?lang=pt>> Acesso em: 22 de jul. de 2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.** 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf> Acesso em: 21 de maio. de 2021.

TEIXEIRA, Kleber Garcia. **Questão de classe (social): o proletariado de Marx segundo Sérgio Lessa.** 2008. (apud MARX,1957, p.287) Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/kleber.pdf>> Acesso em: 3 de maio. de 2021.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias.** 2002. Disponível em: <[file:///C:/Users/maria/Downloads/ec43ea4fMariaLucia1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/maria/Downloads/ec43ea4fMariaLucia1%20(1).pdf)> Acesso em: 29 de abr. de 2021.